

Empresários tentam hoje com o PMDB acordo sobre estabilidade

BRASÍLIA — Os principais líderes do PMDB e representantes dos empresários reunem-se às 10 horas de hoje para tentar um acordo sobre a estabilidade no emprego, tema que será votado no início da tarde. Está encaminhado o apoio ao texto do primeiro substitutivo, que fixa o princípio da estabilidade, mas deixa os detalhes para a legislação complementar. Os empresários, entretanto, defendem o acolhimento da emenda aditiva de José Maria Eymael (PDC-SP) a este texto, como forma de garantir a indenização e o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço nos casos de demissões imotivadas.

Este acréscimo é defendido pelo Senador Albano Franco (PMDB-SE), Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Senador José Richa (PMDB-PR), mas rejeitado pelos principais líderes do PMDB, como o Senador Fernando Henrique Cardoso (SP) e o Deputado Euclides Scalco (PR), e também pelos partidos de esquerda e pelo Movimento de Unida-



Albano Franco (à esquerda) e Fernando Henrique

de Progressista do PMDB (MUP). A votação do capítulo II (Direitos Sociais) poderia ter sido iniciada ontem, mas a sessão foi interrompida às 18h30, para que fosse tentado o acordo hoje.

Os constituintes do PT, apoiados pela direção da CUT, estão numa posição isolada, contra a aprovação do

texto do primeiro substitutivo, justamente pelo perigo que representa a aprovação da emenda aditiva de José Eymael. Eles vão tentar a manutenção do segundo substitutivo.

Independente do resultado da reunião de hoje, no gabinete do Líder do PMDB na Constituinte, Euclides Scalco, algumas táticas já estão definidas para a sessão da tarde. Os "progressistas" do PMDB vão tentar aprovar o primeiro destaque a entrar em votação, requerido pelo Líder do PT, Lula da Silva, que reconstituiu o texto do projeto original (estabilidade a partir de 90 dias da admissão). Rejeitado este destaque, como admitem até os petistas, o PMDB vai lutar pela aprovação do texto do primeiro substitutivo, com o apoio do MUP e, provavelmente, dos partidos comunistas.

Até este momento, poderão estar juntos os empresários. Porém, se o texto for aprovado, os empresários passarão a defender a Emenda Eymael, que praticamente reconstituiu a emenda popular apresentada pelos empresários gaúchos, acabando com o princípio da estabilidade total, segundo argumentam os representantes da esquerda. Os líderes do PMDB admitem a inclusão da Emenda Eymael, mas acoplada ao inciso XVII, que trata exclusivamente da indenização e do aviso prévio. Assim, o princípio da estabilidade seria mantido.

Mas Albano Franco deixa claro que é importante a vinculação da Emenda Eymael ao inciso I, que trata diretamente da estabilidade. "Sem isso, é muito difícil um acordo", avisa o representante dos empresários. Sem o acordo, eles poderão retornar à emenda dos empresários gaúchos, destacada pelo Deputado Darci Pozza (PDS-RS), que será votada logo após o primeiro substitutivo.

Impressões

A PREVALECER decisão da Comissão de Sistematização da Constituinte, ninguém será identificado criminalmente antes da condenação definitiva.

A INTENÇÃO evidente é proteger inocentes de inútil constrangimento.

MAS OCORRE que faz parte da identificação a ficha dactiloscópica. Ficará a Polícia impedida de colher impressões digitais de suspeitos? Quantos homônimos e sócias não pagarão caro pela falta da providência?

A SIMPLES proibição da identificação pública — providência ao alcance da lei comum — evitaria vexar o inocente e não prejudicaria a apuração de delitos.

Novo horário contraria pedido do Presidente

BRASÍLIA — A Mesa da Comissão de Sistematização anunciou ontem ao plenário o novo cronograma de votações, que vigorará a partir de amanhã: de segunda a quinta-feira, das 14h30m às 20h30m; às sextas-feiras, das 9 às 13 horas e das 15 às 20 horas; aos sábados, das 9 às 13 horas; e aos domingos não haverá votação, contrariando recomendação feita na véspera pelo Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ao prorrogar por 20 dias o prazo para os trabalhos da Comissão.

Ficou deliberado, também, que haverá trabalho no próximo feriado do dia 12, segunda-feira.

Umbandistas se dizem vitoriosos com livre culto

A garantia do livre exercício dos cultos religiosos prevista no parágrafo sexto, Artigo 6º, do capítulo sobre os Direitos e Liberdades Fundamentais, já aprovado pela Comissão de Sistematização da Constituinte, foi comemorado como uma vitória pelas comunidades umbandistas.

O Deputado estadual Atila Nunes, que foi eleito com os votos dessas comunidades, considera que todos os itens relacionados com a liberdade religiosa estão sendo muito bem tratados pela Constituinte.

Segundo ele, a único trecho do anteprojeto original que poderia ser criticado pelos umbandistas foi suprimido pela Comissão de Sistematização a pedido do Deputado Artur da Távola.

O trecho suprimido condicionava a liberdade de culto à garantia de que eles não contrariassem a ordem, a moral e os bons costumes. Para Atila, o trecho é vago, concede poderes excessivos à autoridade policial e contraria a liberdade de culto.

Juízes buscam apoio contra criação de novo Conselho

SÃO PAULO — O Presidente da Associação Paulista de Magistrados, Desembargador Odyr Porto, afirmou ontem ter esperanças de conquistar a maioria absoluta da Comissão de Sistematização, 47 votos, para derrubar a criação do Conselho Nacional de Justiça, proposto no artigo 144 do substitutivo do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). O Conselho teria função de controle das atividades do Judiciário e do Ministério Público, e seria composto por representantes dos órgãos fiscalizados, do Congresso Nacional e da OAB.

Segundo Odyr Porto, todos os Tribunais e Associações de Magistrados consideram fundamental a supressão desse dispositivo que pode expor o Judiciário às injunções da política partidária. O Desembargador acentuou que o anteprojeto não se preocupa "com o grande compromisso da Constituinte: proporcionar justiça mais rápida e eficiente, que reverta a impunidade de alguns crimes, como os de colarinho branco".

Para Odyr, o substitutivo vai avançar ainda mais a máquina judiciária, pois cria uma terceira e até uma quarta instância. Ele julga que a Justiça somente será dinamizada se for delegada competência aos estados para legislar sobre matéria processual, de acordo com suas necessidades, peculiaridades e conveniências. Quanto aos crimes de colarinho branco, Odyr Porto considera ideal a criação da ação popular penal, proposta pelos magistrados, mas não incluída no anteprojeto de Cabral.

Ele disse que foi um grave erro a instalação de uma Constituinte congressual, uma vez que em todas as suas decisões transparece o "pecado de origem". Assim todas as propostas são sempre encaminhadas de modo a favorecer o Congresso — desde a proposta do regime parlamentarista até a tentativa de fazer com que o Legislativo fiscalize o Judiciário, tirando-lhe a independência.

Termina votação do Capítulo I sem novas alterações

BRASÍLIA — Encerrou-se ontem a votação do Capítulo I — Dos Direitos Individuais e Coletivos, da futura Constituição, sem que fosse aprovada qualquer nova alteração. A Comissão examinou, pelo segundo dia consecutivo, emendas que não se referiam a dispositivos específicos do artigo sexto do substitutivo, devendo, se aprovadas, ser incluídas onde o Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) julgasse mais adequado. Apreciações 65 destaques, 36 ficaram prejudicados pela ausência do autor, 25 foram retirados e cinco rejeitados.

Muitas das propostas eram de competência da legislação ordinária ou já estavam privilegiadas em outros artigos. Por exemplo, a emenda rejeitada do Deputado Eduardo Jorge (PT-SP) pretendia condicionar à autorização expressa do enfermo a internação em sanatórios para doentes mentais, tema próprio à legislação comum. O Senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) propunha privilégios para os deficientes físicos, incluídos no artigo 231. Nelson retirou seu destaque.

O Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) apresentou duas das emendas rejeitadas, prevenindo a possibilidade de golpe militar e garantindo o direito de moradia para todos os brasileiros. O Deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ) sugeriu a isenção dos pagamentos de tarifas de água e energia para os carentes, mas o plenário não concordou, como também recusou a ideia do Deputado Sérgio Brito (PFL-BA) de que todo detento com menos de dois anos de prisão tivesse direito a ser transferido para seu estado de origem.

O Deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), protestando contra o "sacramento da propriedade privada", tentou sensibilizar os Constituintes a aprovarem uma emenda de sua autoria estabelecendo que a propriedade de um veículo automotor é uma função social. Pela proposta, grupos de cidadãos, em qualquer circunstância, poderiam interditar sumariamente o uso de veículo que não estiver cumprindo a sua função social. Frente à argumentação do Deputado Antônio Brito (PMDB-RS), de que o tema seria mais bem tratado na legislação ordinária, Virgílio retirou o destaque.

'Gradualistas' abandonam sua tese em favor de proposta de consenso

BRASÍLIA — Os constituintes defensores da implantação gradual do parlamentarismo com seis anos de mandato para o Presidente José Sarney abandonaram momentaneamente as articulações em torno da tese, para concentrar suas atenções em uma proposta consensual do sistema de gabinete que, asseguram, será aprovada na Comissão de Sistematização por 56 votos.

Ontem, um grupo suprapartidário fechou as negociações sobre o regime parlamentarista definindo a emenda Nelson Carneiro — parlamentarismo com cinco anos de mandato e eleição para Presidente em dois turnos — como base para o sistema permanente. Os mecanismos de escolha do Primeiro-Ministro e do Gabinete acatados pelo grupo são os constantes da emenda Afonso Arinos.

Os parlamentaristas preferiram assegurar a aprovação do sistema de

governo permanente para, posteriormente, negociarem as disposições transitórias, devido a divergências entre si sobre o momento adequado para a implantação do parlamentarismo. Superada esta etapa, eles partirão para as articulações visando à definição do início do processo parlamentarista.

Os "gradualistas" acham que o consenso em torno da proposta permanente de parlamentarismo deflagrará naturalmente o processo da implantação gradual do sistema de gabinete. Seu raciocínio é que o próprio Presidente José Sarney, renitente no seu propósito de governar dentro do sistema presidencialista, não terá como tentar influir nessa questão, que já está praticamente acertada na Comissão de Sistematização.

Outra corrente, contudo, acha que o novo sistema de governo deve ser implantado imediatamente ou, então, somente a partir do próximo Governo. Esse grupo entende que a

adoção gradual do parlamentarismo poderia levar a um desgaste do sistema junto à opinião pública, antes mesmo de sua plena implantação. Esse fator poderia, inclusive, vir a fortalecer, por ocasião da campanha eleitoral para Presidente da República, os argumentos contrários ao parlamentarismo.

Hoje, o grupo parlamentarista volta a reunir-se para terminar de definir os pedidos de destaque sobre os quais deverão trabalhar na Comissão de Sistematização. Fazem parte do grupo os Deputados Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), Vilson Sousa (PMDB-SC), ligado ao Movimento da Unidade Progressista, Joaquim Bevilacqua (PTB-SP), Eduardo Bonfim (PC do B-AL), Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) e os Senadores Carlos Chiarelli (PFL-RS), José Fogaça (PMDB-RS) e Nelson Carneiro (PMDB-RJ).